



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Para o exercício de 2013, o foco das atividades esteve voltado ao incremento das vendas de nossos produtos atuais. Seguiremos privilegiando o incremento nas vendas de nossos produtos junto aos parceiros estratégicos. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
ATIVO		
Circulante	397.567	319.128
Disponível	1.035	66
Caixa e bancos	1.035	66
Aplicações	65.876	46.493
Títulos de renda fixa	37.039	18.793
Quotas de fundos de investimentos	28.837	27.700
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	191.014	184.720
Prêmios a receber	129.617	132.022
Operações com seguradoras	59.805	51.045
Outros créditos operacionais	1.592	1.653
Títulos e Créditos a Receber	8.360	4.962
Títulos e créditos a receber	1.322	1.282
Créditos tributários e previdenciários	6.765	3.478
Outros créditos	273	202
Despesas Antecipadas	4.567	4.468
Administrativas	4.567	4.468
Custos de Aquisição Diferidos	126.715	78.419
Seguros	126.715	78.419
Ativo não Circulante	144.402	150.646
Realizável a Longo Prazo	130.512	130.000
Aplicações	97.094	74.851
Títulos de renda fixa	97.094	74.851
Títulos e Créditos a Receber	88	57
Outros créditos	88	57
Despesas Antecipadas	4.935	9.502
Administrativas	4.935	9.502
Custos de Aquisição Diferidos	28.395	45.590
Seguros	28.395	45.590
Imobilizado	135	141
Bens móveis	135	141
Intangível	13.755	20.505
Outros intangíveis	13.755	20.505
Total do Ativo	541.969	469.774

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

	2013	2012
PASSIVO		
Circulante	397.618	301.984
Contas a Pagar	23.597	18.351
Obrigações a pagar	10.362	5.128
Impostos e encargos sociais a recolher	8.899	11.237
Encargos trabalhistas	686	538
Impostos e contribuições	3.650	1.448
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	169.686	155.989
Prêmios a restituir	3.800	2.061
Corretores de seguros e resseguros	83.975	69.217
Outros débitos operacionais	81.911	84.711
Depósitos de Terceiros	1.791	3.882
Depósitos de terceiros	1.791	3.882
Provisões Técnicas - Seguros	202.544	123.762
Provisão de prêmios não ganhos	196.151	120.343
Sinistros a liquidar	5.175	2.143
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.197	1.276
Provisão de despesas relacionadas	21	-
Passivo não Circulante	46.544	73.964
Exigível a Longo Prazo	46.544	73.964
Contas a Pagar	4	64
Tributos diferidos	4	64
Provisões Técnicas - Seguros	43.122	71.858
Provisão de prêmios não ganhos	43.122	71.858
Outros Débitos	3.418	2.042
Provisões judiciais	3.418	2.042
Patrimônio Líquido	97.807	93.826
Capital social - estrangeiro	97.906	97.906
Reserva de lucros	2.010	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(2.109)	97
Prejuízos acumulados	-	(4.177)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	541.969	469.774

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
Operações de Seguros		
Prêmio emitido líquido	269.629	219.918
Varição das provisões técnicas de prêmios	(47.072)	(68.578)
Prêmios Ganhos	222.557	151.340
Sinistros ocorridos	(28.242)	(8.651)
Custos de aquisição	(128.233)	(91.020)
Outras receitas e despesas operacionais	(19.244)	(11.831)
Despesas administrativas	(7.360)	(38.031)
Despesas com tributos	(10.462)	(7.935)
Resultado financeiro	10.966	8.912
Resultado Operacional	9.120	2.780
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	1.193	1.396
Resultado antes dos impostos e contribuições	10.313	4.176
Imposto de renda	(1.575)	(476)
Contribuição social	(984)	(304)
Participações sobre o resultado	(941)	(1.159)
Lucro Líquido do exercício	6.813	2.237
Quantidade de ações (Mil)	97.906	97.906
Lucro líquido por lote de mil ações (Reais)	0,07	0,02

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	6.813	2.237
Ativos financeiros disponíveis para venda	(2.206)	82
Ajuste de títulos e valores mobiliários	(3.677)	136
Efeito tributário	1.471	(54)
Total do Resultado Abrangente	4.607	2.319

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	6.813	2.237
Ajustes para		
Depreciação e amortização	59	145
Amortização de ativos intangíveis	7.295	14.995
Variação nas Contas Patrimoniais		
Ativos financeiros	(44.458)	(25.038)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(6.724)	(128.553)
Créditos das operações de seguros	4.468	5.275
Despesas antecipadas	(143)	(87)
Outros ativos	(31.101)	(49.210)
Custos de aquisição diferidos	3.044	11.600
Fornecedores e outras contas a pagar	2.142	(1.171)
Impostos e contribuições	13.697	116.127
Débitos de operações com seguros e resseguros	(2.091)	(73)
Depósitos de terceiros	50.046	68.633
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	1.376	1.058
Provisões judiciais	1.566	-
Impostos pagos sobre o lucro	(258)	(30.869)
Atividades de Investimento	1.227	15.676
(Aquisição) de imobilizado	(53)	-
(Aquisição) de intangível	(544)	(30.869)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento	(258)	(30.869)
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	-	15.000
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	-	15.000
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	969	(193)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66	259
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.035	66

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Aumento de Capital em Aprovação		Reserva de Lucros	Reserva Estatutária	Ajuste TVM	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Capital Social Estrangeiro	82.906	-	-	-	15	(6.414)	76.507
	-	15.000	-	-	-	-	15.000
	15.000	(15.000)	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	82	-	82
	-	-	-	-	(2.206)	(2.206)	(2.206)
	97.906	-	-	-	97	(4.177)	93.826
	-	-	-	-	-	6.813	6.813
	-	-	-	-	-	(132)	(132)
	-	-	132	-	-	(1.878)	(1.746)
	-	-	-	-	-	(626)	(626)
	97.906	-	132	1.878	(2.109)	-	97.807

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do Grupo BNP Paribas Cardif. Constituída em 25 de maio de 2006, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar nos seguros de danos, e pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 4.919 de 15/10/12. Ajuste com títulos e valores mobiliários. Lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2012. Ajuste com títulos e valores mobiliários. Lucro líquido do exercício. Reserva legal. Reserva de retenção de lucros para futura destinação dos acionistas. Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,0064 por ação). Em 31 de dezembro de 2013.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar, pela Circular SUSEP nº 464/13, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2013, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados a valor justo. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as Demonstrações Financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Circular SUSEP nº 469 de 19 de junho de 2013, dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras com prazo de adaptação até 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, a Seguradora revisou os procedimentos de cálculo das provisões técnicas, adotando como prática a metodologia descrita na Circular nº 462 de 31 de janeiro de 2013. As principais alterações no cálculo das provisões técnicas estão descritas a seguir: - Adoção do cálculo dos sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A Seguradora revisou a constituição do IBNER até o final do exercício de 2013; - Possibilidade de calcular a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) reduzindo os custos iniciais de contratação. A Seguradora optou por não adotar essa prática; - A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e benefícios, e deve abranger tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser atribuídas em moedas estrangeiras, sendo a moeda funcional utilizada para esse cálculo. Em 31 de dezembro de 2013, a Seguradora optou pela reversão total da PCF no 1º semestre de 2013; - Os artigos 3º, 4º e 5º da Circular SUSEP nº 366/08 foram revogados pela Circular SUSEP nº 462/13. Isso equipara a modalidade de extensão de garantia do seguro garantia estendida às mesmas regras aplicáveis aos demais ramos. Portanto, entre a emissão e o início de vigência do prêmio, não se constitui mais Outras Provisões Técnicas (OPT), mas sim PPNG. Efetuamos a transferência dos saldos de OPT para PPNG em 31 de dezembro de 2013 e para efeitos de comparação do balanço em 31 de dezembro de 2012. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações efetuadas em moedas estrangeiras são convertidas para reais usando as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do período. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentro as seguintes categorias: (a) mensurados a valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; (c) empréstimos e recebíveis. **(a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurados, são registrados no resultado financeiro da Seguradora e não são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos Administradores, na data do balanço. **(b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "Mensurados a valor justo por meio do resultado" e "Empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no Patrimônio Líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e quando realizado é apropriado ao resultado. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **(c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias e não liquidados, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, eliminando a necessidade de ajuste por reduções ao valor recuperável. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em "Resultado Financeiro" líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas no Patrimônio Líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no Patrimônio Líquido, são incluídos na Demonstração do Resultado como "Receitas e Despesas Financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na Demonstração do Resultado como parte de "Outras Receitas". **2.4.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: (a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **(b) Ativos financeiros classificados como deteriorados para venda:** A Seguradora avalia no final de cada período de apresentação se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.4.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos Títulos Públicos Federais (LFTs, LTNs, NTN-s e BNTNs-F) e aos Títulos Privados (LFS e Debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Conseqüentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre circulante e não circulante. As Quotas de Fundos de Investimentos estão classificadas como títulos mensurados a valor justo por meio do resultado. Os resultados de direitos contratuais, não possui substância física e são contados pela entidade gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, que são reconhecidos no resultado considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. A despesa antecipada é contabilizada e amortizada ao resultado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto. **2.7. Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.8. Ativos intangíveis:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. Os resultados de direitos contratuais, não possui substância física e são contados pela entidade gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto. • Softwares

adquiridos, que estão sendo amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos. A Seguradora realizou teste de "impairment" e não identificou a necessidade de ajuste nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013. **2.9. Custos de Aquisição Diferidos (DAC):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguros de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. A DAC é considerada no Teste de Adequação dos Passivos de seguros, em Conformidade com o Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11. **2.10. Contratos de seguros:** A Seguradora classifica todos os seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que esses contratos transferem riscos significativos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco significativo de seguro" a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados, devido a ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. **Prêmios de seguros:** Os prêmios de seguros, assim como os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão dos certificados, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices e faturas. A Administração utiliza como prática, estimativas atuariais de prêmios e comissões já conhecidos e não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem os riscos assumidos. **2.11. Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguros: 2.11.1. Passivos de contratos de seguros: a) Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG):** É constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obediendo os seguintes critérios. O cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice/certificado ou endosso representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados e consideramos: (i) no período entre a emissão e o início de vigência do risco, o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; (ii) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco; **b) Provisão de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes não Emitidos (PPNG-RVME):** É constituída quando as apólices/certificados de seguro não tiveram suas emissões realizadas no mesmo mês em que iniciaram suas vigências, mas em meses posteriores. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento das emissões, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de percentuais definidos na Circular SUSEP nº 448/12, quando não houver dados históricos suficientes para se utilizar triângulos de *run-off*; **c) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (BNRA):** É constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de percentuais definidos na Circular SUSEP nº 448/12, quando não houver dados históricos suficientes para se utilizar triângulos de *run-off*; **e) Outras Provisões Técnicas (OPT):** Os artigos 3º, 4º e 5º da Circular SUSEP nº 366/08 foram revogados pela Circular SUSEP nº 462/13. Isso equipara a modalidade de extensão de garantia do seguro garantia estendida às mesmas regras aplicáveis aos demais ramos. Portanto, entre a emissão e o início de vigência do prêmio, não se constitui mais OPT, mas sim PPNG. Efetuamos a transferência dos saldos de OPT para PPNG em 31 de dezembro de 2013 e para efeitos de comparação do balanço em 31 de dezembro de 2012. **f) Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** Deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. De acordo com o teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2013, não houve a necessidade de constituição da provisão. **2.12.2. Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Em 31 de dezembro de 2013, realizamos o teste de adequação dos passivos utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço, brutos de resseguro, conforme instituído pela Circular SUSEP nº 457 de 14 de dezembro de 2012. A análise é utilizada para demonstrar que caso o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos



BNP PARIBAS CARDIF

A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A.

CNPJ 08.279.191/0001-84



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros e retorno de investimento	O impacto de uma mudança nas taxas de Juros de Mercado de ± 2% (ex: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permite consistentemente mudanças similares em retornos de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de juros utilizados como respaldo.
Despesas com sinistros	O impacto de um aumento nas despesas com sinistros de 10%.
Índices de sinistralidade	O impacto de uma queda no índice de sinistralidade para o negócio de 10%.

Seguros de pessoas - sensibilidade em 31 de dezembro de 2013:

Taxa de juros	Taxa de juros	Despesas com seguros	Sinistralidade
2%	-2%	10%	-10%
2.697 (2.705)	(127)	2.840	
1.618 (1.623)	(76)	1.704	

Seguros de pessoas - sensibilidade em 31 de dezembro de 2012:

Taxa de juros	Taxa de juros	Despesas com seguros	Sinistralidade
2%	-2%	10%	-10%
2.092 (2.128)	(48)	865	
1.255 (1.277)	(29)	519	

Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições (R\$ mil) 2.092 (2.128) (48) 865
 Impacto sobre o patrimônio líquido (R\$ mil) 1.255 (1.277) (29) 519

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Também deve ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerar uma exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações da Seguradora no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para premissas alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa.

Concentração de riscos: O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, grizão, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outros, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2013:

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Oeste	Centro	Total
Extensão de garantias	3.248	1.437	18.776	438.935	4.592	466.988	
Riscos diversos	988	1	1.703	28.900	132	31.724	
Compreensivo residencial	2.210	1.826	967	40.381	461	45.845	
Auto	156	308	1.661	31.651	10	33.786	
Roubo	—	3.312	—	13.149	—	16.461	
Total	6.602	6.884	23.107	553.016	5.195	594.804	

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Quotas de fundos de investimentos abertos

Ativos financeiros disponíveis para a venda

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2013	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Total
28.837	—	—	—	—	—	—	28.837
6.744	2.052	—	8.663	—	—	—	17.459
7.134	—	21.109	20.950	—	—	67.481	116.674

Créditos das operações com seguros e resseguros

Prêmios a receber de seguros	129.617	—	—	—	—	—	129.617
Operações com seguradoras	59.805	—	—	—	—	—	59.805
Caixa e equivalentes de caixa	1.035	—	—	—	—	—	1.035
Custos de aquisição diferidos	26.131	24.978	22.826	22.283	48.443	10.449	155.110
Total dos ativos financeiros	259.303	27.030	43.935	51.896	48.443	77.930	508.537
Provisões técnicas de seguros	48.147	39.639	35.569	33.549	72.833	15.929	245.666

Passivos financeiros

Obrigações a pagar	10.362	—	—	—	—	—	10.362
Impostos e contribuições	12.549	—	—	—	—	—	12.549
Débitos de operações com seguros e resseguros	169.686	—	—	—	—	—	169.686
Encargos trabalhistas	686	—	—	—	—	—	686
Depósitos de terceiros	1.791	—	—	—	—	—	1.791
Total dos passivos financeiros	243.221	39.639	35.569	33.549	72.833	15.929	440.740

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Quotas de fundos de investimentos abertos

Ativos financeiros disponíveis para a venda

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2012	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Total
27.700	—	—	—	—	—	—	27.700
4.674	11.292	2.827	—	—	1.890	—	18.900
—	—	—	—	—	27.483	—	27.483

Créditos das operações com seguros e resseguros

Prêmios a receber de seguros	132.022	—	—	—	—	—	132.022
Operações com seguradoras	51.045	—	—	—	—	—	51.045
Caixa e equivalentes de caixa	66	—	—	—	—	—	66
Custos de aquisição diferidos	23.154	20.231	19.118	15.916	38.133	7.453	124.009
Total dos ativos financeiros	238.661	31.523	21.945	15.916	67.510	52.931	428.486
Provisões técnicas de seguros	31.823	29.314	32.208	30.417	58.806	13.052	195.620
Obrigações a pagar	5.128	—	—	—	—	—	5.128
Impostos e contribuições	12.685	—	—	—	—	—	12.685
Débitos de operações com seguros e resseguros	155.989	—	—	—	—	—	155.989
Encargos trabalhistas	538	—	—	—	—	—	538
Depósitos de terceiros	2.882	—	—	—	—	—	2.882
Total dos passivos financeiros	210.045	29.314	32.208	30.417	58.806	13.052	373.842

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora; **(e) Risco de Mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado, incluindo variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco; **(f) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional; **(g) Gestão do capital: Gerenciamento de Capital:** O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2012:

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Oeste	Centro	Total
Extensão de garantias	40.117	365	67.474	5.931	13.735	127.822	39.673
Riscos diversos	25.295	6.444	4.496	804	1.634	32.082	
Compreensivo residencial	23.701	4.594	1.458	441	1.888	32.082	
Auto	14.203	4.159	911	83	780	20.136	
Roubo	219	19	165	—	2	405	
Total	104.535	15.581	74.504	7.259	18.039	219.918	

(c) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alterações na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar losses em alguma parcela para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguros da Seguradora está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento pelo seguro. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros devedores da Seguradora, distribuídos por rating de crédito divulgados por agências renomadas de rating (Standard & Poor's). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, prêmios a receber e valores relativos a investimentos em quotas de fundos.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2013

Caixa e equivalentes de caixa	AAA	AA	Sem Rating	Saldo Consolidado
Quotas de fundos de investimentos abertos	—	—	28.837	28.837
Títulos de renda fixa públicos	116.674	—	—	116.674
Títulos de renda fixa privados	12.440	5.019	—	17.459
Prêmios a receber de seguros	—	—	129.617	129.617
Exposição máxima ao risco de crédito	129.114	5.019	159.489	293.622

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2012

Caixa e equivalentes de caixa	AAA	AA	Sem Rating	Saldo Consolidado
Quotas de fundos de investimentos abertos	—	—	27.700	27.700
Títulos de renda fixa públicos	89.862	—	—	89.862
Títulos de renda fixa privados	3.782	—	—	3.782
Prêmios a receber de seguros	—	—	132.022	132.022
Exposição máxima ao risco de crédito	93.644	159.788	253.432	506.864

(d) Risco de Liquidez: Está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Forte posição de liquidez é mantida para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos dos contratos de seguro. A Administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (Assets Liabilities Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de risco é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O gerenciamento do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2013

0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Total
28.837	—	—	—	—	—	28.837
6.744	2.052	—	8.663	—	—	17.459
7.134	—	21.109	20.950	—	—	67.481

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2012

0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Total
27.700	—	—	—	—	—	27.700
4.674	11.292	2.827	—	—	1.890	18.900
—	—	—	—	—	27.483	27.483

CNSP nº 280/13 e Resolução CNSP nº 282/13). Nos termos da Resolução CNSP nº 282/13 o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base, o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito e operacional) e a Margem de Solvência. A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de adequabilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. Durante o período de reporte, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 18, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço:

Títulos para negociação (ii)	1 a 30 dias ou Sem Vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Categoria	Valor de referência (i)	Ajuste da avaliação a mercado
Quotas de fundos de investimentos abertos	28.837	—	—	—	28.837	18%	28.837	—
Títulos disponíveis para venda	10.643	5.288	21.109	97.093	134.133	82%	137.649	(3.516)
Títulos de renda fixa públicos	3.899	3.236	21.109	88.430	116.674	—	120.199	(3.525)
Títulos de renda fixa privados	6.744	2.052	—	8.663	17.459	—	17.450	9
Total em dezembro de 2013	39.480	5.288	21.109	97.093	162.970	—	166.486	(3.516)
Total em dezembro de 2012	27.700	15.966	2.827	74.851	121.344	—	121.183	161

Movimento 31 de dezembro de 2013

Saldo em 31/12/2012	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/13
27.700	280.510	2.348	—	(281.721)	28.837
89.862	112.041	7.891	(3.686)	(89.434)	116.674
3.782	12.960	708	9	—	17.459

Movimento 31 de dezembro de 2012

Saldo em 31/12/2011	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/12
27.385	194.308	2.760	—	(196.753)	27.700
68.839	129.837	5.988	136	(114.938)	89.862
—	3.600	182	—	—	3.782

(a) As Quotas de Fundos de Investimentos Abertos foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelo Administrador do fundo na data do balanço; **(b)** O valor de mercado para os Títulos de Renda Fixa Públicos Federais (LFTs, LTNs, NTN-B e NTN-F) foi calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. **(c)** Os Títulos Privados (LFS e Debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos.

6 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Registra os prêmios a receber comercializados pelos parceiros, relacionados às apólices vigentes. Não existem prêmios parcelados na data-base em questão. Demonstramos abaixo a composição dos prêmios a receber considerando os respectivos vencimentos dos créditos.

Prêmios a receber em 31 de dezembro de 2013

De 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
76.426	22.840	18.754	—	—	—	118.020
7.781	689	744	2.378	—	5	11.597
Total	84.207	23.529	19.498	2.378	5	129.617

Prêmios a receber em 31 de dezembro de 2012

De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
82.334	24.953	12.945	—	—	—	120.232
1.634	47	52	769	9.105	183	11.790
Total	83.968					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

c) Outras receitas e despesas operacionais

	2013	2012
Gastos relacionados à administração de apólices	(3.684)	1.203
Inspeção de risco	(114)	(162)
Lucros atribuídos - Excedente financeiro	(5.042)	(6.905)
Outras receitas e despesas operacionais	(11.085)	(5.967)
Total	(19.924)	(11.831)

d) Despesas administrativas

	2013	2012
Despesas com pessoal próprio	(10.215)	(8.619)
Despesas com serviços de terceiros	(6.093)	(5.053)
Despesas com localização e funcionamento	(15.047)	(20.032)
Despesas com publicidade e propaganda	(2.067)	(1.433)
Despesas administrativas diversas	(3.938)	(2.898)
Total	(37.360)	(38.035)

e) Despesas com tributos

	2013	2012
Impostos federais	(182)	(56)
Impostos municipais	(41)	(40)
PIS	(1.337)	(1.008)
COFINS	(8.229)	(6.201)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(598)	(598)
Outros tributos e contribuições	(75)	(32)
Total	(10.462)	(7.935)

f) Resultado financeiro

	2013	2012
Receitas c/quotas e fundos de investimentos	2.348	2.760
Receitas c/títulos de renda fixa públicos	7.891	5.988
Receitas c/títulos de renda fixa privados	708	192
Outras receitas financeiras	90	28
Outras despesas financeiras	(71)	(56)
Total	10.966	8.912

g) Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2013	2012
Receitas com multas contratuais	811	1.243
Outras receitas com capitalização	241	-
Outras receitas não operacionais	231	153
Outras despesas não operacionais	(90)	-
Total	1.193	1.396

20 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação entre as alíquotas nominais em 31 de dezembro de:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda (após as participações)	9.372	3.017	9.372	3.017
Adições				
Ajustes permanentes	146	225	142	181
Ajustes temporários	2.886	2.858	2.886	2.858
Exclusões				
Ajustes permanentes	-	(9)	-	(9)
Ajustes temporários	(2.550)	(2.181)	(2.550)	(2.181)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(2.956)	(1.173)	(2.955)	(1.160)
Base de cálculo	6.898	2.737	6.895	2.706
Alíquota 15%	(1.035)	(411)	(1.034)	(406)
Dedução PAT (4%)	42	15	-	-
Adicional 10% para IR (acima de R\$ 240)	(666)	(250)	-	-
Imposto calculado	(1.659)	(646)	(1.034)	(406)
Diferenças temporárias (liquidas)	84	170	50	102
Total de IRPJ e CSLL	(1.575)	(476)	(984)	(304)

21 PASSIVOS CONTINGENTES

a) Cíveis relacionadas a sinistros: A Seguradora responde por 237 (131 em dezembro de 2012) ações judiciais movidas por segurados em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. A Seguradora registrou uma provisão de R\$ 401 (R\$ 358 em dezembro de 2012), classificada na rubrica "Sinistros a Liquidar". Para garantia da liquidação das ações, em certas oportunidades é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. O montante de sinistros classificados como "Possíveis" em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 333 (R\$ 294 em 31 de dezembro de 2012). A provisão foi baseada em metodologia interna fundamentada no histórico de perdas da Seguradora, e na estrutura de controles internos que possibilita a análise individual dos processos efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com vistas a cobrir eventuais pagamentos que sejam devidos em função da resolução final dos processos judiciais. A Administração da Seguradora entende que a provisão constituída é suficiente para atender eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

b) Evolução dos passivos contingentes: Demonstramos abaixo a tabela de evolução dos Passivos Contingentes registrados pela Seguradora.

	Provisões Cíveis		Provisões Trabalhistas		Sinistros a Liquidar	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1) Saldo do início do período	2.042	984	-	-	358	233
2) Total pago no período	(1.066)	(428)	-	(4)	(313)	(54)
3) Total provisionado até o fechamento do Exercício anterior para as ações pagas no período	(528)	(152)	-	-	(216)	(23)
4) Quantidade de ações pagas no período	430	142	-	-	215	77

5) Novas constituições no período = (7+8+9+10)

	Provisões Cíveis		Provisões Trabalhistas		Sinistros a Liquidar	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
6) Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	1.317	529	4	1	576	232
7) Novas constituições referentes a citações do exercício base	2.540	1.659	94	4	559	230
8) Novas constituições referentes a citações do exercício nº 1	13	11	-	-	5	3
9) Novas constituições referentes a citações do exercício nº 2	4	-	-	-	-	-
10) Novas constituições referentes a citações do exercício nº 3	-	-	-	-	-	2
11) Baixa da provisão por êxito	(668)	(365)	-	(4)	(73)	(60)
12) Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	-	(30)	-	-	-	(40)
13) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	459	211	-	-	134	44
14) Saldo final do período (1+2+5+11+12+13)	3.324	2.042	94	-	671	358

c) Probabilidade de perda dos passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2013

Probabilidade de perda	Não relacionadas a sinistro			Relacionadas a sinistro		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	137	1.179	423	55	344	105
Possível	1.000	13.954	2.836	331	2.903	547
Remota	47	486	159	4	46	19
Total	1.184	15.619	3.418	390	3.293	671

Em 31 de dezembro de 2012

Probabilidade de perda	Não relacionadas a Sinistro			Relacionadas a Sinistro		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	56	440	196	20	241	49
Possível	423	6.180	1.761	109	839	294
Remota	20	327	85	2	28	15
Total	499	6.947	2.042	131	1.108	358

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros - A Seguradora mantém apólices de seguros multiriscos, responsabilidade civil geral em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros; **b) Instrumentos financeiros derivativos** - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a Seguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos; **c) Participação nos lucros:** A Seguradora possui programa de participação dos empregados nos lucros, conforme disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, devidamente acordado com os funcionários e sindicato da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar".

DIRETORIA

Diretor Presidente
Adriano Carlos Romano

Diretor
Emmanuel Pelega

ATUÁRIO

Edson Gonçalves de Aguiar
MIBA 1699

CONTADOR

Marcelo Fusco
CRC 15P 201940/O-9

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da **Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.**

1. A Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A., data base de 31 de dezembro de 2013, foi elaborada conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/04.

2. As Provisões Técnicas avaliadas, referentes à data base a 31/12/2013, foram: Provisão de Prêmios não Ganhos; Provisão para Riscos Vigentes e não Emitidos; Provisão de Despesas Relacionadas; Provisão de Sinistros a Liquidar; Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados.

3. Os métodos utilizados na avaliação estão de acordo com os princípios atuariais aplicáveis e internacionalmente aceitos. O objetivo principal foi avaliar a adequação das Provisões Técnicas constituídas em relação aos compromissos assumidos pela Companhia perante os seus segurados. Assim, verificou-se a consistência dos dados, a metodologia e a adequação das Provisões constituídas em 31 de dezembro de 2013.

4. Considerando os estudos realizados, verificou-se que os critérios estabelecidos nas normas vigentes e nas Notas Técnicas dos produtos estão sendo obedecidos. Todas as Provisões Técnicas constituídas, na data de 31 de dezembro de 2013, estão consistentes em todos os aspectos e em consonância com as práticas

atuariais aplicáveis.

5. O Teste de Adequação de Passivos (TAP) foi elaborado em consonância com a Circular SUSEP nº 457/2012 e resultou na adequação dos passivos, não sendo necessária a constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). A metodologia considera a melhor estimativa para todos os fluxos de caixa futuros. Para obtenção do valor presente dos fluxos foi utilizada a Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETJ) para a Curva de Cupom de IGPM.

6. Este Parecer é parte integrante do Relatório da Avaliação Atuarial.

Atuário: Edson Gonçalves de Aguiar MIBA 1699

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em

nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 15P171564/O-1